

**PROJETO DE LEI Nº     , DE 2003**  
**(Do Sr. LEO ALCÂNTARA)**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de  
advertência sobre a presença de substâncias  
potencialmente cancerígenas nos rótulos de  
produtos para consumo humano ou animal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os produtos para consumo humano ou animal que  
tenham agentes que demonstrem, às pesquisas, indícios de provocar câncer,  
deverão conter seus rótulos a seguinte advertência:

"Atenção:    Contém            substância    potencialmente  
cancerígena:"

Art. 2º - Esta advertência deverá ser impressa no rótulo em  
contraste, de forma visível, legível e compreensível.

Art. 3º A infração ao dispositivo caracteriza infração sanitária,  
sujeitando os infratores às penalidades da Lei 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias  
após sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A incidência e a mortalidade por câncer aumentam no Brasil. Ele implica um grave prejuízo para o país, além do alto custo dos tratamentos prolongados, das longas hospitalizações nos casos avançados, há considerável perda de produtividade humana. Sua prevenção inclui intervenções sobre a sociedade, procurando reduzir ao máximo a exposição aos fatores de risco, uma vez, pela maior expectativa de vida, as pessoas tem maior tempo de exposição a estes fatores.

Esta proposição busca proteger a saúde da população das incontáveis substâncias incorporadas a produtos que pessoas ou animais usam ou ingerem, sem que sua presença seja de fato comprovada ou que, mais tarde venha a se suspeitar causarem perigo para a saúde. A Organização Mundial da Saúde alerta para o risco da introdução de novos aditivos alimentares. Na atualidade, existem cerca de sessenta mil substâncias naturais e sintéticas no uso diário e cerca de mil empregadas como aditivos alimentares. Muitas substâncias, depois de incluídas nos produtos, demonstram potencial de causar distúrbios graves o câncer, como alguns dos produtos "diet".

Nossa intenção ao apresentar este projeto de lei, é evitar que a população seja exposta inadvertidamente a agentes que causem danos à saúde. Nossa proposta é que o perigo de ingerir alguma substância seja divulgado no rótulo do produto. Assim, o consumidor fará, conscientemente, a opção por consumir ou não tal ou qual alimento, e os produtores, certamente, tenderão a optar por fórmulas mais seguras. A infringência será considerada infração e incorrerá nas sanções já previstas por esta legislação. Desta forma, espero o apoio dos ilustres Pares para que essa proposição seja aprovada.

Proposição nesse sentido foi apresentada pelo Deputado Marcos Cintra, tendo sido arquivada em decorrência do término da legislatura passada.

.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2003.

Deputado LEO ALCÂNTARA